



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos
Adolescentes Cível de Belo Horizonte
Setor de Fiscalização e Acompanhamento de Políticas Públicas I
SEFAPP I

Ofício nº 228/16/SEFAPP I/23ª PJDDCA/BH

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2016.

Exmo. Promotor de Justiça,

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte, encaminha, através deste, a Carta de Minas Gerais, documento elaborado em parceria com os atores envolvidos no enfrentamento à violência sexual no Estado de Minas Gerais.

A Carta pede a ampliação do atendimento às pessoas em situação de violência sexual e defende que a Lei nº 13.239/15, que dispõe sobre a cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde, seja estendida a todas as pessoas vítimas de violência sexual, independentemente do gênero. Este documento também pede que seja ampliada a rede de atendimento para todo o território brasileiro, considerando que, atualmente, esta é restrita a apenas onze Estados da Federação, além do Distrito Federal.

Considera-se de fundamental importância a adesão ao documento e sua divulgação, visando à plena garantia do atendimento à vítima de violência sexual em todo o território brasileiro.

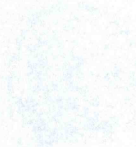
Cordialmente,


Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema
Promotora de Justiça


Celso Penna Fernandes Júnior
Promotor de Justiça

Exmo. Senhor
Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapanda
DD. Promotora de Justiça do Centro de Apoio Operacional da Juventude
Ministério Público do Estado do Pernambuco
Av. Visconde de Subsuma, nº 99 – Santo Antônio
CEP: 50050-540
Recife/PE

CAOPIJ / PGJ
Recebido em: 23/09/16
às 14:54 horas
Funcionário responsável



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
530 SOUTH EAST ASIAN AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60607-7070
TEL: (773) 936-5200 FAX: (773) 936-5201

RECEIVED
JAN 10 1997

FROM: [illegible]

SUBJECT: [illegible]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

[illegible text]

CARTA DE MINAS GERAIS PELA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Manifestam-se publicamente os participantes do *SIMPÓSIO AVANÇOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL*, realizado em 08 de julho de 2016, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, evento promovido pelo Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - CEAHVIS, com o apoio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Na ocasião foi debatida a Lei nº 13.239/2015, a qual dispõe acerca da oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de cirurgia plástica reparadora de sequelas oriundas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher e a Portaria Interministerial nº 331, de 08/03/2016, que define diretrizes para a implementação da Lei 13.239/2015. Manifestamos publicamente o reconhecimento dos avanços no enfrentamento da violência contra a mulher, com a publicação da mencionada lei, conquista advinda da luta permanente das mulheres da sociedade brasileira e:

Considerando o disposto no Artigo 3º, Inciso IV, da Constituição da República, que assinala entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação";

Considerando o disposto no artigo 5º, inciso I, da mesma Carta Constitucional, que afirma: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição";

Considerando a previsão contida no artigo 196 da Constituição da República que estabelece que: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"

Considerando a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Considerando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando o Decreto 46242, de 15 de maio de 2013 que dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – CEAHVIS.

Considerando a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;

Considerando o Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS;

Considerando a Portaria nº 485/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do SUS;

Considerando a Resolução SES/MG nº 4.590, de 09 de dezembro de 2014, que relaciona, em seu anexo, as instituições que compõem o Sistema Estadual de Atendimento à vítima de violência sexual no Estado de Minas Gerais, qualificados

como referência na Região de Saúde para o oferecimento de atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social;

Considerando a Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cirurgia reparadora de seqüelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher;

Considerando a Portaria Interministerial nº 288, de 25 de março de 2015, que estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios;

Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.662, de 02 de outubro de 2015 que Define critérios para habilitação para realização de Coleta de Vestígios de Violência Sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), inclui habilitação no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e cria procedimento específico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS.

Considerando a Portaria Interministerial nº 331, de 08 de março de 2016, que define diretrizes para a implementação da Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cirurgia reparadora de seqüelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher;

Considerando os tratados e convenções internacionais e as políticas nacionais que tratam do enfrentamento à violência sexual;

O novo diploma legal traz em seu bojo a afirmação de que o Brasil tem como um de seus princípios basilares a intolerância pela agressão física, emocional, e especialmente a sexual, disponibilizando atendimento médico especializado a esse público.

Nesta esteira é que requeremos a ampliação da previsão legal para contemplar crianças, adolescentes e o público em geral, confirmando o compromisso da nação brasileira com o enfrentamento a todas as formas de violência no âmbito nacional, abrangendo as diversas situações desumanas em que

o público LGBT, as crianças e os adolescentes são submetidos, especialmente no tocante à violência sexual.

Vale ressaltar que a expansão do direito à cirurgia reparadora, prevista no referido dispositivo legal, representaria um novo avanço no combate à violência sexual. Destaca-se a especial importância deste tipo de cirurgia para as vítimas de violência sexual, como política de reparação, diante de uma situação abusiva e de violência por elas sofrida.

Devemos ainda, nos atentar ao fato de que a Portaria nº331/2016, a qual define as diretrizes para a implementação da Lei 13.239/2015, no anexo II, arrola estabelecimentos de saúde de apenas onze Estados e do Distrito Federal, quando é notório que a violência sexual se manifesta em todo o território brasileiro.

A Lei 13.239/2015 dispõe sobre a oferta e realização de cirurgia reparadora às vítimas de violência sexual, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, em todo o território nacional. Porém, a Portaria 331/2016, limita a sua aplicabilidade, em lista dos estabelecimentos de saúde integrantes da SBCP - Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - que compõem a rede de cirurgia plástica reparadora para vítimas de violência, ocorrendo assim, uma desproporcionalidade no número de estabelecimentos que deveriam ofertar cirurgia plástica reparadora de sequelas oriundas de lesões causadas por atos de violência contra a pessoa humana no território brasileiro. Assim, necessária a inclusão na citada Portaria dos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Por outro lado, com a inclusão ao acesso à cirurgia reparadora de toda pessoa, independentemente de gênero, que seja vítima de violência sexual, torna-se imprescindível a inclusão de outros procedimentos na Portaria nº 331/2016, considerando a necessidade de expansão de estados com estabelecimentos partícipes da rede de atendimento em cirurgia reparadora.

Diante do exposto, solicitamos aos órgãos competentes a reavaliação dos referidos dispositivos legais, para que contemplem todos os Estados da Federação, cumprindo-se o dispositivo constitucional que estabelece que a SAÚDE É UM DIREITO DE TODOS.

Ressaltamos a necessidade de avaliação do valor destinado ao pagamento do procedimento 03.01.04.006-0 - COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL - previsto na Portaria nº 1662/2015, bem como a correção da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - do profissional autorizado para realização do procedimento. Ressaltamos ainda que consta na Norma Técnica para a Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, publicada pelos Ministérios da Saúde, da Justiça e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em sua página 21 que: *"Esta Norma Técnica trata das situações em que há possibilidade de realização do registro de informações e coleta de vestígios da violência sexual pelos(as) médicos(as) do SUS nos serviços de referência aptos/habilitados para este atendimento"*, portanto o profissional do SUS apto a coletar o material é o médico.

Na certeza de que a garantia dos Direitos Humanos e o enfrentamento à violência são pautas prioritárias, antecipamos agradecimentos.

Órgãos para encaminhar A CARTA DE MINAS GERAIS:

- * Ministério da Saúde.
- * Comissão Parlamentar da Saúde da Câmara Federal.
- * Comissão Parlamentar de Saúde da ALMG.
- * Conselho Nacional e Estadual de Psicologia.
- * Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social.
- * Conselho Nacional e Estadual da Mulher.
- * Conselho Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente.
- * Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
- * OAB – Minas Gerais.
- * Estados que foram excluídos nesta Normativa.
- * Conselho Federal de Medicina

CARTA DE MINAS

NOME	IDENTIDADE
André dos Santos	MG - 18.176.013
Deborah Aparecida do Silva	MS 0110921
Maria do Carmo OAS	MS 019.996
Fabiana E. Amunim	MG 390424
CAROLINA L.A. MASCARENHAS	MG. 9326971
André Cláudio Vochiro	M 68838110
Deborah A. Junho	MG 054.487
Adriana Antonia Henriques	MG 4.997.369
Elizabethe Antônia Achilys	MG 116.9192
Guilaine Christine A. Koehn	MG 7321646
Filipe da Silva	MG 0322475
Julio César Romualdo	MG. 5.673.679
Glória Sônia Deluca	M 2759472.
Yvone Inês	M 440.880
Dra. Sora de Paula C. Paiva	M 4398403
Angélica Riscilla de Brito	MG. 15.469.780
Reis Pamela Mor	MG 11676575
Monica Eliza Nam Guedes Moraes	MG 082665
Adriana Tereza de Albuquerque	MG 12.190.729
Adriana Tereza de Albuquerque	MG - 10.229.413
Adriana Tereza de Albuquerque	M. 2.124.383
Despina Marcela Dias	MG + 595.663
Marcelo Mendes da Silva	MG 16.772.370
João de Deus Theresia	MG. 15.895.570
Denise das Graças Mendes	MG 127.492.
Denise Talita Mendes da Silva	MG 18530765
Denise Tereza de Carvalho	MG 18.461.016
Cardine Mente Terra da Silva	M 9310155
Waleria de Almeida Pereira	MG 10645492
Flávia R. Romão	MG 6.6.215.014
Mrs. Paula Gomes Rodrigues	MG 66.323.219
Elisama Leopoldo Santos	MG 645.111

CARTA DE MINAS

NOME	IDENTIDADE
Danielle Dondi Lobo	MG 14.019.186
Sonia Gomes O. Ambrosio	MG 4.605.937
Socine Pereira de Souza	MG 11.130.692
Valeria L. Latalisa	MG. 4.195.660
Solvia Nunes de Brito	MG 11.044.445.
Isabel da Silva Oliveira	MG. 13.480.008
Renata Costa Guimarães	MG 11.140.032.
Ricardo dos Santos Silva	MG 2.193.020
Priscila Lora Ferreira	AN 002.10284
Cláudio Luiz Silva	MG. 12.130.451
Lygia da Silva Mendes	MG 10.072.736
Paula Kelly	MG 10.544.637
Ricardo L. G. Figueira	MG 10.934.68
Leila - Maciel -	7 - 199. 205
Sandra S. J. dos Santos	M 1.244.314
Fátima Alencar de Brito	2 - M-8.282.266
Heliza Martins Almeida	MG 10.974.05
William Luciano Silva	MG 10.000.992
Danielle Rodrigues Souza	MG 10.000.992
Luiz Fernando Almeida Jr. Silva	MG 11.963.580
Adriana Ribeiro	MG 12.307.108
Luana Alves Lirio	MG 17.844.443
Edilene Rafael Silva Marques	MG 13.425.574
Marcelo Brito	MG 7.117.603.
Andréa Soares Silva	MG 10.544.637
Paula Silva	MG 5.746.669
Adriana Silva	MG 12.307.108
Keiko - Rocha@yahoo.com.br	MG 12.618.491
Juliana Keiko da R. Reis	MG 6.433.318
Gluciana Silva A. Cardoso	MG 6.326.524.
Maria Aparecida de Castro Almeida	MG 10.425.015
Maria Fernanda - Silva	

CARTA DE MINAS

NOME	IDENTIDADE
Marcos Vinícius Filho dos Santos	M. 1289 645
Thelma Regina de Souza	MG 3071136
Roberto A. de M.	MG. 8.320 855
Regina de A. Quintan	MG 13734508
Carlos André de Jesus	MG 13 26207
Walter José de Jesus	MG 13629820
Carolina Cecília da Silva	MG 15 409 249
Paula D. S. Reis de Nazaré	MG 10. 020. 064.
Daniel Campos A. Silva	MG 842006-8 SSP MT
Julio Martins	8.754 602
Cláudia Aparecida Lima	M. 3634648
Edilson Silva Brande	MG 13423568
Wanderley Silva M. Berti	MG 3.724 849
João Miguel de Jesus	MG 8935 039
FELIPE CAMPOS LACENA	MG. 7403647
Marcela Rute de Oliveira	MG 12.537.484
João José Cordeiro	MG. 3.590.170
Luís Felipe	MG 11653501
Guilherme de M. S. Mendes	MG 8 143 101
Adriana Maria de Almeida	MG 2199.883
Tânia Maria de Almeida	MG 6 692315
Alcides de Almeida	MG 9049559
Adriana Aparecida de Almeida	967 712 83615
Romário F. de Jesus	M 4396403
Marcelo Lima de Jesus	MG 12951340
Elisabete Barbosa Gomes	MG-8.370.022
Elma Jacó	MG. 69807
Silvia Maria de Jesus	MG 981148
M. A. de Jesus	M. 896 445
Flávia Leopoldo de Jesus	MG 10366596
Valéria N. de Jesus	MG 10207
Daniel Regina Dos	MG 13921073

CARTA DE MINAS

NOME	IDENTIDADE
Yony Custodio	MG. 1.632.922
Maria Luiza Nunes Martins Silva	MG 106.138.569 MS
Maria J. O. Colod	M. 3.920.889
Galina M. B. A. Biquini	MG. 13.915.140
Adriana Maria Koda Nara	MG. 11.448.531
Shirley Cristina Reis	MG. 6.359.410
Tatiana Wille	MG 106.710.042
Tuane Nair	MG 143.950.74
Thalita V. A. de Souza	MG 15.566.860
Thaina Baldenorge	MG 8932213
Marysa Coelho Andrade	MG 16.113.274
Sandra Valeria de Souza	MG 15532047
Thais Amorim Clemente	MG 140.266.80
Greice Aparecida Torny	MG. 109.561.29
Flora Maria Menezes Miguel	MG 4624.928
Maria da Graça Maria da Silva	M. 1.156.956
Thelma Ruth Kalm Taminia Campos	M. 417.339
Valéria C. Silva da Silva	MG 140.331
Maria de Jesus N. da Silva	MG 164.3100
Varanda Souza Corrêas	MG 106.137.47
Deborah Moncada de Silva	MS 040921
Waterson Biquini	MG 143.1026
Jananda Bianca Pereira	MG 14.344.591
Gabriela Lopes Macêdo	MG 16.383.830
M. Fátima S. Prados	M-1.298.863
Brita Calazans	MG 14.432.522
Olivia Carvalho Silva	MG 283757